



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



RELATÓRIO DE AÇÕES DO MPMA NO PRIMEIRO CICLO TRIENAL DO PEI 21-29

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

**Relatório de ações do Ministério Público do
Maranhão no primeiro ciclo trienal (2022-
2024) do Planejamento Estratégico 2021-2029**

Construção Participativa, Alinhamento e Inovação

**São Luís/MA
Abril 2025**

Organização

Fábio Henrique Meirelles Mendes

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação e Revisão

Adriana Braid Ribeiro Dourado de Carvalho

Técnica Ministerial - SEPLAG

Ana Beatriz Vieira da Silva

Apoio Administrativo - SEPLAG

Beatriz Nery Rodrigues Chagas

Assessora Técnica - SEPLAG

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG**Normalização****Coordenadoria de Documentação e Biblioteca**

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim e Ana Beatriz Vieira da Silva

Fotos

Acervo do MPMA**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO****Sede**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau

CEP: 65076-820. São Luís - MA

Fone: (98) 3219-1600 / 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Centro Cultural e Administrativo do

Ministério Público do Estado do Maranhão

“Ed. Aurora Correia Lima Félix”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís - MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2025. – São Luís:

Procuradoria Geral de Justiça, 2025.

57 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I.

Título

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO GESTÃO 2025

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador-Geral de Justiça

**Theresa Maria Muniz Ribeiro de la
Iglesia**

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Orfileno Bezerra Neto

Procurador de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para

Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para

Assuntos Administrativos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPMP

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça – Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CSMP

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Procurador de Justiça – Secretário

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CGMP

**Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro**

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

Maria Luíza Ribeiro Martins

Procuradora de Justiça

Subcorregedora-Geral do Ministério

Público

Gabriel Sodré Gonçalves

Promotor de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral

do Ministério Público

Promotores (as) de Justiça Corregedores

Celso Antonio Fernandes Coutinho

Promotor de Justiça Corregedor

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Promotora de Justiça Corregedora

Fernanda Helena Nunes Ferreira

Promotora de Justiça Corregedora

Frederik Bacellar Ribeiro

Promotor de Justiça Corregedor

Marco Aurélio Batista Barros

Promotor de Justiça Corregedor

Pedro Lino Silva Curvelo

Promotor de Justiça Corregedor

Sirlei Castro Aires Rodrigues

Promotora de Justiça Corregedora

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP

José Ribamar Sanches Prazeres

Procurador de Justiça

Diretor da Escola Superior do Ministério

Público

**Maria de Jesus Rodrigues Araújo
Heilmann**

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOs

Alenilton Santos da Silva Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional de Defesa dos Direitos das

Pessoas Idosas e das Pessoas com

Deficiência – CAO-PIPD

Alessandro Brandão Marques

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional Criminal – CAO-Crim

Alineide Martins Rabelo Costa

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio

Operacional do Consumidor – CAO-

Consumidor

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional de Defesa do Direito à

Educação – CAO-EDUCAÇÃO

Gleudson Malheiros Guimarães

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional da Infância e Juventude –
CAO-IJ

Herbeth Costa Figueiredo

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde – CAO-
Saúde

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo
e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Marco Aurélio Ramos Fonseca

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Direitos Humanos e
Cidadania – CAO-DHC

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Patrimônio
Público e Fiscal da Probidade
Administrativa – CAO-ProAd

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional do Tribunal do Júri – CAO-
JÚRI

Selma Regina Souza Martins

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Enfrentamento à Violência
de Gênero - CAO-MULHER

**OUVIDORIA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO**

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA ESPECIAL - ASSESP

Lúcia Cristiana Silva Chagas

Promotora de Justiça

Assessora-Chefe da Assessoria Especial do
Procurador-Geral de Justiça

Haroldo Paiva de Brito

Promotor de Justiça – Coordenador
Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL - DG

Paulo Gonçalves Arrais

Diretor Geral

**SECRETARIA ADMINISTRATIVO -
FINANCEIRA - SEAF**

Rivemberg Ribeiro da Silva

Diretor

**SECRETARIA PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS - SECINST**

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça - Diretor

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO - SEPLAG**

Fábio Henrique Meirelles Mendes

Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Distribuição de
Processos – CDP

Erickson Fillipphe Marques Menezes

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG
Raquel Jatay Casanovas
Seção de Transportes

George Brito Balby

Coordenadoria de Obras, Engenharia e
Arquitetura - COEA

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento –
CFP

Luiz Muniz Rocha Filho

Promotor de Justiça
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e
Inteligência – CAEI

Seção de Segurança Institucional

Regina Cláudia dos Santos Gomes

Major QOPM

Maria de Fátima Moraes

Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP

Daniella Salomão Prazeres Martins

Seção de Saúde Funcional

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e

Biblioteca – CDB

Nayana Santos Martins Neiva Sobral

Coordenadoria de Modernização e

Tecnologia da Informação – CMTI

Poliana Marta Ribeiro de Abreu

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadoria de Administração - CAD

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças -

COF

ASSESSORIAS

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial – CER

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e Auditoria

- ASSCIAUD

Conceição de Maria Correa Amorim

Comissão Permanente de Licitação – CPL

José Nélio Miranda de Freitas

Assessoria Técnica - ASSTEC

Luanna Kerlys Moura Ferreira

Assessoria Técnica da Administração –

ASTECADM

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessoria Jurídica da Administração –

AJAD

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE

COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES

CRIMINOSAS – GAECO/MA

Promotores de Justiça integrantes

Luiz Muniz Rocha Filho - Coordenador

Ana Carolina Cordeiro de Mendonça

Leite

Fernando Antônio Berniz Aragão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ

Promotores de Justiça integrantes

Eduardo André de Aguiar Lopes

Fábio Santos de Oliveira

Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON

Promotores de Justiça integrante

Francisco Fernando de Moraes Meneses

Filho

Tharles Cunha Rodrigues Alves

DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE

JUSTIÇA DA CAPITAL

Cássius Guimarães Chai

Promotor de justiça - Diretor

PROGRAMA DE GESTÃO

AMBIENTAL SUSTENTÁVEL –

INTEGRAR E FLORESCER

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça - Presidente da

Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

PROGRAMA MEMÓRIA

INSTITUCIONAL

Maria de Fátima Rodrigues Travassos

Cordeiro

Procuradora de Justiça - Coordenadora

MEMORIAL DO MINISTÉRIO

PÚBLICO/MA

Suzane Maria Pinto Viégas

CENTRO CULTURAL E

ADMINISTRATIVO DO MPMA

Dulce de Maria Alves Serra Moreira

Administração

Francisco Colombo Lobo

Curadoria

PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

- | | |
|---|--|
| 1. Ana Lídia de Mello e Silva Moraes | 17. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro |
| 2. Carlos Jorge Avelar Silva | 18. Maria Luíza Ribeiro Martins |
| 3. Danilo José de Castro Ferreira | 19. Mariléa Campos dos Santos Costa |
| 4. Domingas de Jesus Froz Gomes | 20. Orfileno Bezerra Neto |
| 5. Eduardo Daniel Pereira Filho | 21. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro |
| 6. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 22. Paulo Silvestre Avelar Silva |
| 7. Francisco das Chagas Barros de Sousa | 23. Raimundo Nonato de Carvalho Filho |
| 8. Iracy Martins Figueiredo Aguiar | 24. Regina Lúcia de Almeida Rocha |
| 9. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 25. Regina Maria da Costa Leite |
| 10. José Antônio Oliveira Bents | 26. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira |
| 11. José Henrique Marques Moreira | 27. Sâmara Ascar Sauaia |
| 12. José Ribamar Prazeres | 28. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf |
| 13. Krishnamurti Lopes Mendes França | 29. Selene Coelho de Lacerda |
| 14. Lúgia Maria da Silva Cavalcanti | 30. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim |
| 15. Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 31. Themis Maria Pacheco de Carvalho |
| 16. Marco Antônio Anchieta Guerreiro | |

PROMOTORES (AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – 2025

ENTRÂNCIA FINAL

- | | |
|--|---|
| 1. Abel José Rodrigues Neto | 26. Douglas Assunção Nojosa |
| 2. Adélia Maria Souza Rodrigues Morais | 27. Ednarg Fernandes Marques |
| 3. Agamenon Batista de Almeida Júnior | 28. Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça |
| 4. Albert Lages Mendes | 29. Elyjeane Alves Carvalho |
| 5. Alineide Martins Rabelo Costa | 30. Emmanuel José Peres Netto G. Soares |
| 6. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite | 31. Emmanuella Souza de B. Bello Peixoto |
| 7. Ana Luiza Almeida Ferro | 32. Esdras Liberalino Soares Júnior |
| 8. Ana Teresa Silva de Freitas | 33. Eveline Barros Malheiros |
| 9. Ândria Márcia Ribeiro de Souza | 34. Fábio Henrique Meirelles Mendes |
| 10. Antônio Augusto Nepomuceno Lopes | 35. Fanny de Sousa Brandes |
| 11. Antônio Coelho Soares Júnior | 36. Fatima Maria Sousa Arôso Mendes |
| 12. Arnaldo Jorge de Castro Ferreira | 37. Fernanda Helena Nunes Ferreira |
| 13. Carla Mendes Pereira Alencar | 38. Fernanda Maria Goncalves de Carvalho |
| 14. Carlos Alberto Garcia | 39. Flávia Valéria Nava Silva |
| 15. Carlos Henrique Brasil Telles de Menezes | 40. Francisco de Aquino da Silva |
| 16. Carlos Henrique Rodrigues Vieira | 41. Francisco Teomário Serejo Silva |
| 17. Cássius Guimarães Chai | 42. Frank Teles de Araújo |
| 18. Celso Antonio Fernandes Coutinho | 43. Frederik Bacellar Ribeiro |
| 19. Christiane de Maria Ericeira Silva | 44. Geraulides Mendonça Castro |
| 20. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães | 45. Gilberto Câmara França Júnior |
| 21. Cláudio José Sodré | 46. Giorgionni Matos Lauande Fonseca |
| 22. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro | 47. Gladston Fernandes de Araújo |
| 23. Clodomir Bandeira Lima Neto | 48. Gustavo Antônio Chaves Dias |
| 24. Cristiane Gomes Coelho Maia Lago | 49. Haroldo Paiva de Brito |
| 25. Doracy Moreira Reis Santos | 50. Herberth Costa Figueiredo |
| | 51. Ilana Franco Bouéres Laender Morais |

52. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
53. João Leonardo Sousa Pires Leal
54. João Marcelo Moreira Trovão
55. Joaquim Ribeiro de Souza Júnior
56. Jorge Luís Ribeiro de Araújo
57. José Alexandre Rocha
58. José Augusto Cutrim Gomes
59. José Cláudio Almada L. Cabral Marques
60. José Lucíolo Gorayeb Santos
61. José Marcio Maia Alves
62. Justino da Silva Guimarães
63. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
64. Laert Pinho de Ribamar
65. Lana Cristina Barros Pessoa
66. Lena Cláudia Ripardo Pauxis
67. Leonardo Rodrigues Tupinambá
68. Lindonjonson Gonçalves de Sousa
69. Lítia Teresa Costa Cavalcanti
70. Lúcia Cristiana Silva Chagas
71. Luis Carlos Correa Duarte
72. Luis Fernando Cabral Barreto Junior
73. Luis Samarone Batalha Carvalho
74. Luiz Gonzaga Martins Coelho
75. Luiz Muniz Rocha Filho
76. Márcia Haydée Porto de Carvalho
77. Marcia Lima Buhatem
78. Márcia Moura Maia
79. Márcio José Bezerra Cruz
80. Márcio Thadeu Silva Marques
81. Marco Aurélio Batista Barros
82. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
83. Marco Aurélio Ramos Fonseca
84. Marcos Valentim Pinheiro Paixão
85. Maria da Glória Mafra Silva
86. Maria de Jesus R. Araújo Heilmann
87. Maria do Socorro Viégas Reis Leite
88. Maria Luciane Lisboa Belo
89. Maria Teresa Pestana Chaves Barros
90. Marinete Ferreira Silva Avelar
91. Martha Helena Costa Ribeiro
92. Maruschka de Mello e Silva Brahuna
93. Moema Figueiredo Viana Pereira
94. Nacor Paulo Pereira dos Santos
95. Nahyma Ribeiro Abas
96. Norimar Gomes Nascimento Campos
97. Núbia Zeile Pinheiro Gomes
98. Orlando Pacheco de Andrade Filho
99. Oziel Costa Ferreira Neto
100. Pablo Bogéa Pereira Santos
101. Patrícia Pereira Espínola
102. Paulo José Miranda Goulart
103. Paulo Roberto Barbosa Ramos
104. Pedro Lino Silva Curvelo
105. Raimundo Benedito Barros Pinto
106. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
107. Raquel Silva de Castro
108. Reginaldo Júnior Carvalho
109. Rodolfo Soares dos Reis
110. Ronald Pereira dos Santos
111. Rosalvo Bezerra de Lima
112. Rosanna Conceição Gonçalves
113. Samaroni de Sousa Maia
114. Sarah Albuquerque de Sousa Santos
115. Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
116. Selma Regina Souza Martins
117. Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato
118. Sílvia Menezes de Miranda
119. Sirlei Castro Aires Rodrigues
120. Susete Marques Palmeira
121. Tarcísio José Sousa Bonfim
122. Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia
123. Uiuara de Melo Medeiros
124. Valdenir Cavalcante Lima
125. Vicente de Paulo Silva Martins
126. Washington Luiz Maciel Cantanhede
127. Willer Siqueira Mendes Gomes
128. Zanony Passos Silva Filho

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

1. Aarão Carlos Lima Castro
2. Alenilton Santos da Silva Junior
3. Alessandro Brandão Marques
4. Aline Albuquerque Bastos
5. Alline Matos Pires Ferreira
6. Ana Cláudia Cruz dos Anjos
7. André Charles Alcântara M. Oliveira
8. André Luís Lopes Rocha
9. Antonio Borges Nunes Junior
10. Antônio de Pádua Luz
11. Antonio Lisboa de Castro Viana Junior
12. Bianka Sekeff Sallem Rocha
13. Camila Gaspar Leite
14. Carla Tatiana Pereira de Jesus
15. Carlos Allan Costa
16. Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
17. Carlos Augusto Soares
18. Carlos Pinto de Almeida Júnior
19. Carlos Rafael Fernandes Bulhão
20. Carlos Róston Martins Freitas
21. Clodoaldo Nascimento Araujo
22. Cristiane Carvalho Melo Monteiro
23. Cristiane dos Santos Donatini
24. Crystian Gonzalez Boucinhas
25. Dailma Maria de Melo Brito Fernandez
26. Denys Lima Rego
27. Domingos Eduardo da Silva
28. Eduardo André de Aguiar Lopes
29. Eduardo Borges Oliveira
30. Elisete Pereira dos Santos
31. Fabiana Santalucia Fernandes
32. Fábio Menezes de Miranda
33. Fábio Murilo da Silva Portela
34. Fabio Santos de Oliveira
35. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
36. Felipe Augusto Rotondo
37. Felipe Boghossian Soares da Rocha
38. Fernando Antonio Berniz Aragão
39. Fernando Evelim de Miranda Meneses
40. Francisco Antonio Oliveira Milhomem
41. Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior
42. Francisco de Assis Silva Filho
43. Francisco de Assis Silva Júnior
44. Francisco Fernando de Moraes M. Filho
45. Francisco Hélio Porto Carvalho
46. Frederico Bianchini Joviano dos Santos
47. Gabriel Sodrê Gonçalves
48. Gabriele Gadelha Barboza de Almeida
49. Giovanni Papinni Cavalcanti Moreira
50. Glauce Mara Lima Malheiros
51. Gleudson Malheiros Guimarães
52. Guaracy Martins Figueiredo
53. Guilherme Gouvêa Farjado
54. Gustavo de Oliveira Bueno
55. Hagamenon de Jesus Azevedo
56. Henrique Helder de Lima Pinho
57. Herlane Maria Lima Fernandes
58. Hortensia Fernandes Cavalcanti
59. Igor Adriano Trinta Marques
60. Ilma de Paiva Pereira
61. Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
62. Jadilson Cirqueira de Sousa
63. John Derrick Barbosa
64. José Carlos Faria Filho
65. José Frazão Sá Menezes Neto
66. José Jailton Andrade Cardoso
67. Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo
68. Karina Freitas Chaves
69. Klycia Luiza Castro de Menezes
70. Larissa Socrates de Bastos
71. Laura Amélia Barbosa
72. Lays Gabriella Pedrosa Souza
73. Leonardo Santana Modesto
74. Letícia Teresa Sales Freire
75. Lícia Ramos Cavalcante Muniz
76. Linda Luz Matos Carvalho
77. Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
78. Lindomar Luiz Della Libera
79. Lucio Leonardo Froz Gomes
80. Marco Antônio Camardella da Silveira

- | | |
|---|---|
| 81. Marco Antonio Santos Amorim | 101. Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva |
| 82. Maria Cristina Lima Lobato Murillo | 102. Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas |
| 83. Maria José Lopes Corrêa | 103. Samira Mercês dos Santos |
| 84. Marina Carneiro Lima de Oliveira | 104. Sandra Fagundes Garcia |
| 85. Michelle Adriane Saraiva Silva Dias | 105. Sandra Soares de Pontes |
| 86. Moisés Caldeira Brant | 106. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho |
| 87. Nelson Nedes Ribeiro Guimarães | 107. Sandro Pofahl Bísaro |
| 88. Newton de Barros Bello Neto | 108. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida |
| 89. Nilceu Celso Garbim Júnior | 109. Sergio Henrique Furtado Coelho |
| 90. Ossian Bezerra Pinho Filho | 110. Sérgio Ricardo Souza Martins |
| 91. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis | 111. Tharles Cunha Rodrigues Alves |
| 92. Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira | 112. Thiago de Oliveira Costa Pires |
| 93. Paula Gama Cortez Ramos | 113. Thiago Lima Aguiar |
| 94. Paulo Roberto da Costa Castilho | 114. Tiago Carvalho Rohrr |
| 95. Peterson Armando Azevedo de Abreu | 115. Tiago Quintanilha Nogueira |
| 96. Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira | 116. Tibério Augusto Lima de Melo |
| 97. Raquel Chaves Duarte Sales | 117. Valéria Chaib Amorim de Carvalho |
| 98. Rita de Cássia Pereira Souza | 118. Vicente Gildásio Leite Júnior |
| 99. Rodrigo Alves Cantanhede | 119. Weskley Pereira de Moraes |
| 100. Rodrigo de Vasconcelos Ferro | 120. Williams Silva de Paiva |
| | 121. Wlademir Soares de Oliveira |

ENTRÂNCIA INICIAL

- | | |
|---|--|
| 1. Adoniran Souza Guimarães | 17. Laécio Ramos do Vale |
| 2. Alessandra Darub Alves | 18. Leonardo Soares Bezerra |
| 3. Ana Virginia Pinheiro Holanda de Alencar | 19. Luciano Henrique Sousa Benigno |
| 4. Cláudio Borges dos Santos | 20. Márcio Antônio Alves de Oliveira |
| 5. Elano Aragão Pereira | 21. Marco Túlio Rodrigues Lopes |
| 6. Erica Ellen Beckman da Silva | 22. Maria do Nascimento Carvalho Serra |
| 7. Francisco Jansen Lopes Sales | 23. Natália Macedo Luna Tavares |
| 8. Gabriela Brandão da Costa Tavernard | 24. Raimundo Nonato Leite Filho |
| 9. Gustavo Pereira Silva | 25. Raquel Madeira Reis |
| 10. Helder Ferreira Bezerra | 26. Raquel Pires de Castro |
| 11. João Cláudio de Barros | 27. Reinaldo Campos Castro Júnior |
| 12. João José e Silva Veras | 28. Renato Ighor Viturino Aragão |
| 13. João Viana dos Passos Neto | 29. Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho |
| 14. José Artur Del Toso Júnior | 30. Rogernilson Ericeira Chaves |
| 15. José Orlando Silva Filho | 31. Xilon de Souza Júnior |
| 16. Karine Guará Brusaca Pereira | |

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 12 |
| 2. Mapa Estratégico | 12 |
| 3. Descrição das perspectivas e objetivos estratégicos | 13 |
| 4. Ações desenvolvidas no primeiro triênio do Planejamento Estratégico Institucional | 15 |
| 4.1 Ações construídas no âmbito da Área Finalística: | 19 |
| Centro de Apoio Operacional do Consumidor | 19 |
| Centro de Apoio Operacional Criminal | 22 |
| Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa | 23 |
| Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania | 27 |
| Centro de Apoio Operacional da Educação | 29 |
| Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude..... | 30 |
| Centro de Apoio Operacional do Júri | 32 |
| Centro de Apoio Operacional da Mulher | 36 |
| Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | 38 |
| Centro de Apoio Operacional da Saúde..... | 40 |
| Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente..... | 44 |
| Gabinete de Mediação Comunitária | 46 |
| Secretaria para Assuntos Institucionais | 48 |
| 4.2 Ações construídas no âmbito da Área Meio:..... | 51 |
| Assessoria Jurídica da Administração - AJAD | 51 |
| Assessoria Técnica - ASSTEC..... | 51 |
| Assessoria Técnica da Administração - ASSTECADM..... | 52 |
| Auditoria e Controle Interno | 52 |
| Coordenadoria de Assuntos Estratégico e Inteligência - CAEI | 52 |
| Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão - CCMP | 53 |
| Coordenadoria de Comunicação - CCOM..... | 53 |
| Coordenadoria de Documentos e Biblioteca - CDB..... | 53 |
| Cerimonial..... | 53 |
| Comissão Permanente de Licitação - CPL..... | 53 |
| Comissão de Gestão Ambiental - CGA | 54 |
| Coordenadoria de Administração - CAD | 54 |
| Coordenadoria de Folha de Pagamento - CFP | 54 |
| Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP..... | 54 |

| | |
|---|----|
| Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA | 55 |
| Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF | 55 |
| Coordenadoria de Processos - CDP | 55 |
| Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG..... | 56 |
| Corregedoria Geral | 56 |
| Escola Superior do Ministério Público - ESMP | 56 |
| Escritório de Proteção de Dados Pessoais - EPDP | 57 |
| Memorial do Ministério Público do Maranhão..... | 57 |
| Ouvidoria | 57 |
| Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | 57 |
| Seção de Saúde Funcional | 58 |

1. Introdução

O presente relatório detalha as ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) em consonância com seu Mapa Estratégico, que estabelece as diretrizes para a atuação institucional no período de 2021-2029.

Ao Ministério Público compete a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Por isso, devido às constantes mudanças legais, sociais, políticas e econômicas, a instituição deve estar em constante evolução, se alinhando às transformações que perpassam a sociedade.

Nesse sentido, o Ministério Público do Estado do Maranhão valeu-se da

metodologia elaborada pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP) para construir o seu planejamento estratégico, bem como o primeiro ciclo, adaptada à realidade maranhense, de forma a otimizar o tempo, reduzir despesas, promover o processo criativo e a construção coletiva.

Este relatório apresenta, em especial, as ações desenvolvidas no primeiro triênio do Planejamento Estratégico Institucional (2022-2024), demonstrando o empenho da instituição em suas áreas finalística e administrativa em atingir os objetivos estratégicos.

2. Mapa Estratégico

O mapa estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão é composto pelos enunciados Missão, Visão de futuro e Valores institucionais, além de três perspectivas, quais sejam: Resultados para a Sociedade, Processos Integradores e Aprendizado e Crescimento.

Alinhados às perspectivas, os macros objetivos estratégicos direcionam a atuação finalística e administrativa do MPMA no horizonte temporal de 2021- 2029.

Importante destacar que, segundo metodologia utilizada pelo CNMP e proposta ao MPMA, o desdobramento do mapa estratégico dá origem aos programas, projetos, campanhas e iniciativas, que são o conjunto de ações a serem administradas de forma integrada para superar os desafios identificados no Diagnóstico e atender aos objetivos estratégicos transversais definidos.



3. Descrição das perspectivas e objetivos estratégicos

De acordo com o Relatório do Planejamento Estratégico Nacional 2020/2030, emitido pelo CNMP, através da Comissão de Planejamento Estratégico, em 2019, seguem as descrições das perspectivas e objetivos estratégicos que constam no Mapa Estratégico Nacional, aderido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

O Mapa Estratégico está dividido em 3 (três) perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Integradores e Aprendizado e Crescimento.

Na Perspectiva Resultados para a Sociedade, a ideia é voltar-se para a transversalidade, de modo a permitir que os membros e servidores possam se enxergar em um ou mais objetivos estratégicos, permitindo a interlocução entre as diversas áreas de atuação ministerial, contribuindo assim, para o cumprimento da estratégia.

O Mapa se apoia na ideia de integração e de unidade ao abordar os 6 (seis) objetivos estratégicos dessa perspectiva, quais sejam:

1. Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público:

engloba tanto a esfera cível quanto a penal, visando à melhoria de técnicas e roteiros investigativos e ao incremento da estrutura humana e tecnológica;

2. **Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas:** refere-se ao aprimoramento da resolutividade das ações cíveis e penais interpostas pelo Ministério Público, tanto no que se refere ao êxito da demanda judicial, quanto à execução da sentença e ao resultado social;
3. **Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional:** visa ao fomento de operações conjuntas, forças-tarefas, termos de cooperação técnica, programas, projetos e ações entre as unidades e ramos, bem como com instituições parceiras;
4. **Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial:** equivale à conservação do zelo aos direitos humanos e sociais independentemente da área de atuação;
5. **Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social:** compreende a estruturação de atividade ministerial preventiva sistemática;
6. **Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos:** pretende

impulsionar novas formas de escuta qualificada da população e de diálogo deliberativo.

Na Perspectiva Processos Integradores, os temas estão relacionados tanto à atividade finalística, quanto à atividade estruturante, divididos em 2 (dois) objetivos:

1. **Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados:** trata de um objetivo transversal, que impacta tanto nos resultados para a sociedade, quanto na perspectiva de aprendizado e crescimento, integrando as áreas finalística e estruturante em uma atuação resolutiva.
2. **Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação:** remete à adoção de rotinas ecologicamente sustentáveis e à conscientização institucional para a preservação ambiental. Além de envolver o aspecto social, econômico, cultural, entre outros, integrando diversas áreas da atividade estruturante.

Na Perspectiva Aprendizado e Crescimento foram propostos cinco objetivos, a seguir descritos:

1. **Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários:** busca garantir o desenvolvimento das atividades e o monitoramento da aplicação dos recursos, através de ferramentas de

controle interno, além do uso de mecanismos de transparência.

2. **Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada:**

engloba estabelecer modelo padronizado de compras e contratações compartilhadas com o objetivo de reduzir custos e padronizar a entrega de bens e serviços, definindo, entre outros, critérios de qualidade e reprovação de amostras, bem como à normatização dos procedimentos administrativos relativos à gestão e fiscalização contratual e capacitação dos servidores.

3. **Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional:**

busca o aperfeiçoamento do relacionamento do MP com a sociedade; o aprimoramento da comunicação interna e o fortalecimento da imagem institucional do MP, com a divulgação de informações relevantes para a sociedade.

4. **Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho:**

engloba o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades de liderança; promoção da gestão por competências e promoção de capacitação com foco na utilização de ferramentas de tecnologia que possibilitem a otimização das tarefas, além da promoção da qualidade de vida no trabalho, com a utilização da tecnologia da informação para a otimização de tarefas e incremento de produtividade.

5. **Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras, através da governança de TI:**

busca a definição de papéis e responsabilidades, gerenciamento de competências técnicas de TI e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades dos servidores de TI, além de suporte dos processos de negócio e provimento de soluções tecnológicas integradas, por meio da inovação.

4. Ações desenvolvidas no primeiro triênio do Planejamento Estratégico Institucional

Durante o primeiro ciclo, que iniciou em 2022 com finalização em 2024, foram desenvolvidas 120 ações, sendo 60 pelas áreas administrativas e 60 pela área finalística, o que demonstrou o engajamento da instituição na busca pelo atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

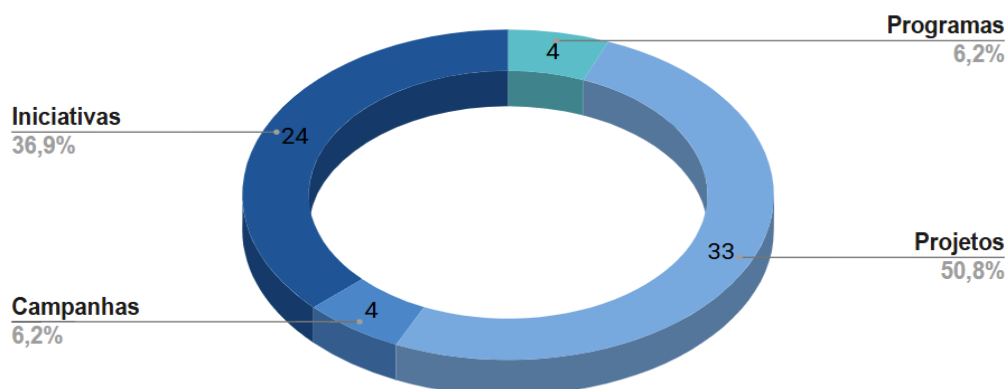
Para entendimento das ações da área meio e finalística atentamos que cada ação terá um status que se limita a três opções ou indicadores de desempenho, que possibilitará saber se:

- **Implantadas:** Ações já concluídas e em pleno funcionamento.

- **Sobrestadas:** Ações que foram interrompidas ou adiadas, com justificativa para tal.
- **Em Execução:** Ações em andamento, com indicação do progresso e previsão de conclusão.

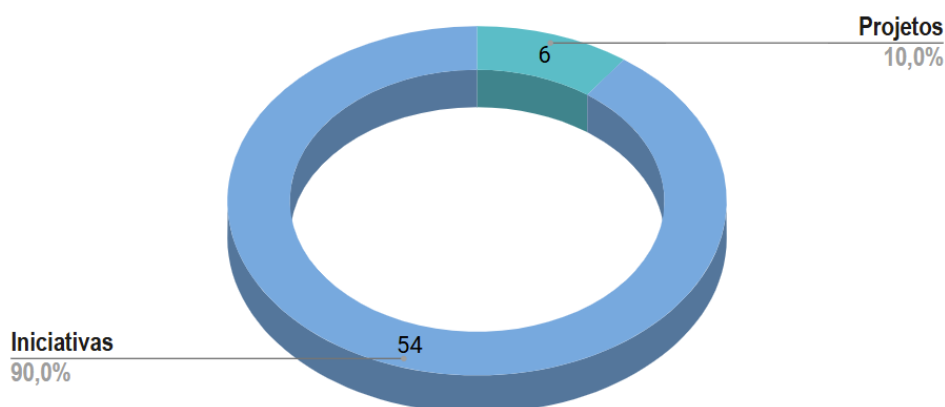
Iniciando o detalhamento das ações da área finalística, temos a seguinte informação:

Total de ações no primeiro ciclo trienal do PEI - Área Fim



E quanto a área-meio (administrativa) tivemos:

Total de ações no primeiro ciclo trienal do PEI - Área Meio



Considerando os objetivos desenvolvidas por todas as unidades estratégicas vigentes no Planejamento Estratégico 2021-2029 e o total de ações desenvolvidas por objetivo estratégico os seguintes números:

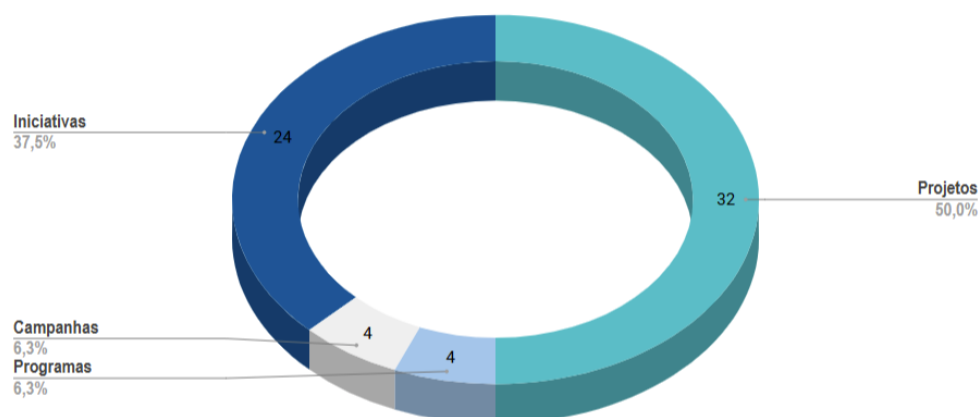
| Perspectiva | Objetivo Estratégico | Total de ações no primeiro ciclo trienal |
|-----------------------------|--|--|
| Resultados para a sociedade | Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional. | 26 |
| Processos integradores | Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados. | 18 |
| Resultados para a sociedade | Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social. | 14 |
| Resultados para a sociedade | Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas | 15 |
| Resultados para a sociedade | Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos | 14 |
| Aprendizado e crescimento | Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional | 13 |
| Resultados para a sociedade | Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público. | 13 |
| Resultados para a sociedade | Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial | 10 |
| Aprendizado e crescimento | Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras | 9 |
| Aprendizado e crescimento | Promover a Gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho | 9 |
| Aprendizado e crescimento | Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada | 4 |
| Processos integradores | Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação. | 4 |
| Aprendizado e crescimento | Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários | 2 |

Após a compreensão dos números iniciais, veremos a seguir, o panorama das propostas das áreas Finalística e Meio, mencionando o nome da ação, o objetivo (se implantada, sobrestada, em execução) e

qual a unidade que a desenvolveu e o objetivo estratégico no qual ela está vinculada.

Desdobrando a área finalística, temos as seguintes informações:

Panorama das Ações - Área Fim



Quando consideramos os objetivos estratégicos vinculados, temos o seguinte panorama:

| Perspectiva | Objetivo Estratégico | Nº ações Finalística |
|-----------------------------|--|----------------------|
| Resultados para a sociedade | Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional. | 24 |
| Processos integradores | Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados. | |
| Resultados para a sociedade | Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social. | 12 |
| Resultados para a sociedade | Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas | 14 |
| Resultados para a sociedade | Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos | 12 |
| Aprendizado e crescimento | Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional | 3 |
| Resultados para a sociedade | Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público. | 7 |
| Resultados para a sociedade | Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial | 9 |
| Aprendizado e crescimento | Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras | 2 |
| Aprendizado e crescimento | Promover a Gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho | 3 |
| Aprendizado e crescimento | Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada | |
| Processos integradores | Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação. | 2 |
| Aprendizado e crescimento | Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários | |

A fim de detalhar e possibilitar a compreensão, apresentamos as ações

que foram construídas no primeiro ciclo trienal 202-2024 do Planejamento

Estratégico Institucional pela área finalística, coordenada pelos Centros de Apoio Operacional (CAOs).

4.1 Ações construídas no âmbito da Área Finalística:

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Projeto: Fortalecendo Direitos “MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor”

- **Objetivo:** Fomentar a criação e implementação de órgãos locais de proteção e defesa do consumidor nos municípios maranhenses por meio de

Roteiros de Atuação e apoio das Promotorias de Justiça.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|--|
| Percentual de Execução do Projeto (Metas para o período). | 100% | 40% (Procedimentos Administrativos instaurados para o acompanhamento da implementação de unidades do PROCON/VIVA) |
| Implementação de unidades de PROCON em 5 cidades maranhenses com mais de 30 mil habitantes. | 4 | 2 (Bom Jesus das Selvas; Buriticupu) |

Iniciativa: Modelo Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais.

- **Objetivo:** Assegurar aos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão mecanismos eficazes de atuação no âmbito da proteção e defesa dos direitos do consumidor, notadamente quanto à prestação de serviços essenciais, com noções fundamentais acerca da temática, por meio da disponibilização de material organizado, contendo modelos de peças

e documentos básicos para a instauração de procedimentos.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.
- **Status:** Implantado.
- **Resultado:** Foram alcançados 302 membros – sendo 84 Promotorias de

Justiça com atribuição na defesa do consumidor e 1605 servidores.

Iniciativa: Fomento à Cooperação Técnica entre o MPMA e órgãos de fiscalização, visando ao compartilhamento de informações relativas à proteção ao direito do consumidor maranhense.

- **Objetivo:** Fomentar a articulação interinstitucional, mediante a propositura de Acordos de Cooperação Técnica a serem firmados entre o MPMA e órgãos como as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, representando, respectivamente, as Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal; o Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão – INMEQ; a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB; e a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, responsáveis pela fiscalização de produtos e serviços colocados à disposição dos consumidores maranhenses, visando ao reforço do trabalho dos órgãos de execução com atribuição na defesa consumerista.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
- **Status:** Em execução.

Iniciativa: “Cartilha Black Friday”.

- **Objetivo:** Alertar membros, servidores, estagiários e colaboradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, além dos consumidores em geral, quanto aos riscos envolvidos nas compras durante a Black Friday, por meio da elaboração de cartilha educativa, com dicas simples e diretas para fácil consulta pelos interessados.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Cartilha “PROTEJA-SE, CONSUMIDOR: Empréstimos Consignados e Prevenção de Fraudes para Pessoas Idosas e/ou com Deficiência”;

- **Objetivo:** Assegurar informações adequadas e claras aos consumidores hipervulneráveis, sobretudo pessoas idosas e com deficiência, acerca da contratação de empréstimos consignados, mediante a elaboração de material informativo, do tipo cartilha, em meio físico e virtual, que enfatize as abusividades mais frequentes na dinâmica dessa transação bancária, apresenta dicas para a realização de operações seguras e destaque mecanismos de auxílio em caso de fraudes.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Grupo de Trabalho “Proteção do Consumidor Hipervulnerável e a Contratação de Empréstimos Consignados no Estado do Maranhão”;

- **Objetivo:** Estabelecer articulações interinstitucionais a fim de desenvolver estratégias eficazes para combater os desafios enfrentados pelos consumidores maranhenses em relação às fraudes nas contratações de empréstimos consignados, por meio da promoção da cooperação entre órgãos públicos, autoridades reguladoras, instituições financeiras, entidades de defesa do consumidor e outras partes interessadas relevantes.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Elaboração de Diretrizes de Aplicação dos Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – FPDC;

- **Objetivo:** Estabelecer diretrizes claras para a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor - FPDC, no que concerne à apresentação de projetos por órgãos de defesa do consumidor do estado do Maranhão, garantindo sua aplicação de forma adequada e em consonância com os interesses dos consumidores maranhenses, além de assegurar a prestação de contas e a transparência na gestão desses recursos.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Solicitação de Ampliação do Compartilhamento de Dados entre a ANP e o Ministério Público do Estado do Maranhão.

- **Objetivo:** Ampliar o compartilhamento de dados entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Ministério Público do Estado do Maranhão, incluindo a disponibilização integral dos autos de infração relativos às infrações previstas nos incisos III, IX, XV e XVIII do art. 3º da Lei nº 9.847/99, de modo a permitir uma fiscalização mais abrangente e eficaz das atividades de abastecimento de derivados de

petróleo, gás natural e biocombustíveis, garantindo a apuração completa das responsabilidades civis e criminais dos fornecedores, e reforçando a defesa dos direitos dos consumidores no estado.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
- **Status:** Implantado.

Centro de Apoio Operacional Criminal

Projeto: Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação genética de criminosos, vítimas e pessoas desaparecidas;

- **Objetivo:** Aperfeiçoar o banco de dados genéticos do Sistema de Segurança Pública do Maranhão, por meio de acordos de cooperação com órgãos da administração pública e da iniciativa privada, objetivando identificar autores de crimes e vítimas, bem como pessoas desaparecidas e achados cadavéricos.
- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público; 2) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias aos acusados e vítimas.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Catálogo Água;

- **Objetivo:** A boa prática tem por objetivo geral reunir, de forma

simples, direta e de uso intuitivo, ferramentas digitais em fontes da Internet, para busca de informações sobre pessoas e empresas e disponibilizá-las aos Membros do MPMA, especialmente com atribuição criminal, em um só local, na página do CAO Criminal da Intranet.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) aperfeiçoamento da atividade investigativa do Ministério Público, visando à melhoria de técnicas e roteiros investigativos; 2) Aprimoramento da efetividade da persecução penal, que se refere ao aprimoramento da resolutividade das ações penais ajuizadas pelo Ministério Público, tanto no que se refere ao êxito da demanda judicial, quanto à execução da sentença e ao resultado social.
- **Status:** Implantado.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

PROGRAMA TRANSFORMAR

- **Objetivo:** O PROGRAMA TRANSFORMAR foi criado diante da necessidade de atuação permanente do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis, através do fomento de ações que conduzam as Administrações Públicas Estadual e Municipal à observância, dentre outros, dos princípios da legalidade, da transparência, da moralidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade, abrangendo vários projetos e iniciativas estratégicas.

Projeto: Diários eletrônicos nos municípios

- **Objetivo:** Garantir que o maior número de municípios institua seus diários eletrônicos oficiais, assegurando mais transparência, segurança e eficiência, através da publicação de todos atos oficiais em meio eletrônico oficial.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Projeto: Estruturação dos sistemas de controle interno nos municípios

- **Objetivo:** A estruturação dos órgãos de controle interno, através da criação, por lei, de cargos de provimento efetivo de

contadores, auditores, analistas e/ou técnicos, acessíveis por concurso público, em todos os Municípios maranhenses, no âmbito do Executivo e Legislativo.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Projeto: Estruturação e fortalecimento da advocacia pública municipal

- **Objetivo:** Fomentar a criação e a estruturação da Advocacia Pública Municipal, através da criação, por lei, de cargos de provimento efetivo de Advogado Público/Procurador Municipal, acessíveis por concurso público, em todos os Municípios maranhenses, no âmbito do Executivo e Legislativo, além da estruturação do órgão, com recursos materiais e humanos necessários ao pleno exercício das funções.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Projeto: Implementação do pregão eletrônico

- **Objetivo:** Garantir que o maior número de Municípios e Órgãos Estaduais, no

Executivo e Legislativo, adotem obrigatoriamente o PREGÃO ELETRÔNICO, na aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Projeto: Ética e integridade empresarial na prevenção da corrupção

- **Objetivo:** Fomentar a ética e integridade empresarial na prevenção da corrupção, por meio de implantação de Programas de Integridade nas empresas, especialmente as que contratam com o Poder Público. Lei Anticorrupção. Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas. Âmbito Estadual e Municipal. Atuação coordenada dos promotores de justiça e parceiros.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Indicadores de implementação dos projetos do programa:

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|-----------|
| Percentual de adesão ao projeto pelos membros com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa (Estima-se que 90% dos órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Diário Eletrônico Oficial” (prefeituras e câmaras), até 2024). | 60% | 41,47% |
| Implantação de Diários Eletrônicos em Prefeituras e Câmaras e Municipais. (90% das prefeituras municipais com diário eletrônico oficial implantado, que atendam aos requisitos da IN/TCE/MA Nº 70/2021) | 90% | 61,29% |
| Implantação de Diários Eletrônicos em Prefeituras e Câmaras e Municipais. (90% das câmaras municipais com diário eletrônico oficial implantado, que atendam aos requisitos da IN/TCE/MA Nº 70/2021) | 90% | 61,29% |
| PROGRAMA TRANSFORMAR (DIÁRIOS ELETRÔNICOS NOS MUNICÍPIOS) - (9 capacitações em 2023 e 6 em 2024). | 6 | 66,67% |

| | | |
|---|-----|--------|
| Percentual de adesão ao projeto pelos membros, nos 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Estimar em 70% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno, até dez/2024). | 70% | 36% |
| Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação dos órgãos de controle interno. (Estimado em 70% dos 25 municípios maranhenses as Prefeituras Municipais com os sistemas de Controle Interno a implantado/reestruturado, até dez/2024). | 70% | 20% |
| Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação dos órgãos de controle interno. (Estimado em 70% dos 25 municípios maranhenses as Câmaras Municipais com os sistemas de Controle Interno a implantado/reestruturado, até dez/2024.). | 70% | 16% |
| Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 capacitações em 2023 e 6 em 2024) | 6 | 66,67% |
| Percentual de adesão ao projeto pelos membros, nos 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Estimar 70% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto quanta a implantação/Institucionalização das Procuradorias/Advocacia Pública municipais, até dez/2024). | 70% | 64% |
| Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação da advocacia pública, com a criação do cargo de Advogado Público/Procurador do Município, de provimento efetivo, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. (Executar no mínimo 70% das 25 prefeituras municipais promovam a reestruturaram / estruturaram a Advocacia Pública/Procuradoria Municipal, até dez/2024) | 70% | 32% |

| | | |
|--|-----|--------|
| Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação da advocacia pública, com a criação do cargo de Advogado Público/Procurador do Município, de provimento efetivo, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. (Executar no mínimo 70% das 25 Câmaras municipais promovam a reestruturaram / estruturaram a Advocacia Pública/Procuradoria Municipal, até dez/2024). | 70% | 12% |
| Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 Capacitações e 6 em 2024) | 6 | 66,67% |
| Percentual de adesão ao projeto pelos membros. (Estimar 90% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Implementação do Pregão Eletrônico” nos municípios (prefeituras e câmaras), até 2024. Estimar 90% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Implementação do Pregão Eletrônico” nos municípios (prefeituras e câmaras), até 2024). | 90% | 37,33% |
| Quantitativo de prefeituras e câmaras municipais que implementaram e utilizaram, prioritariamente, a modalidade de licitação do pregão, na forma eletrônica, através do sistema do TCE/MA, (SINC-Contrata) dos portais de transparência dos entes. (Estimado em 90% das Prefeituras que utilizarão em maioria das contratações, a modalidade eletrônica do pregão para aquisições de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia). | 90% | 99,54% |
| Quantitativo de prefeituras e câmaras municipais que implementaram e utilizaram, prioritariamente, a modalidade de licitação do pregão, na forma eletrônica, através do sistema do TCE/MA, (SINC-Contrata) dos portais de transparência dos entes. (Estimado em 90% das Câmaras que utilizarão em maioria das contratações, a modalidade eletrônica do pregão para aquisições de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia). | 90% | 41,01% |
| Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 capacitações em 2023 e 6 em 2024) | 6 | 66,67% |

| | | |
|--|------|------------|
| Percentual de Promotores que encaminharam as minutas de Recomendação aos prefeitos e vereadores, de Projeto de Lei Municipal e de Decreto Regulamentar dispondo sobre Programas de Integridade, em atenção à Recomendação n.º 07/2021 (REC-GPGJ – 72021). | 100% | Sobrestado |
| Percentual de Municípios (dentre os que participam do Projeto) que promoveram providências legislativas. | 100% | Sobrestado |
| Percentual de eventos (seminários, mesas-redondas, simpósios fóruns, cursos, etc.) de incentivo à implantação de “Programa de Integridade” por pequenas (ME) e médias empresas (EPP) realizados nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Bacabal, Pinheiro e Timon. | 100% | Sobrestado |
| Percentual de empresas que implementaram e/ou aperfeiçoaram seu Programa de Integridade nas cidades de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Bacabal, Pinheiro e Timon. | 100% | Sobrestado |
| Percentual de Promotores que, em atenção à Recomendação n.º 07/2021 (REC-GPGJ – 72021), tomaram providências para a difusão do Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”. | 100% | Sobrestado |

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

Projeto: Conhecendo e divulgando os direitos humanos.

- **Objetivo:** Promover a conscientização e disseminação dos direitos humanos, visando fortalecer os princípios fundamentais que regem a dignidade, igualdade e liberdade de todos os indivíduos buscando alcançar a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa, por meio da divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e normas de defesa dos Direitos Humanos, previstas

no âmbito nacional e internacional, e de ações educativas e informativas como palestras que fomentem reflexões sobre os Direitos Humanos, instigando a luta por sua garantia.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 2) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

| Indicador | Meta 2024 | Resultado 2024 |
|--|--------------|-------------------------|
| Palestras realizadas. | 06 palestras | 06 palestras realizadas |
| Instalação de núcleos de direitos humanos em escolas e/ou universidades. | 02 núcleos | 01 núcleo instalados |

Campanha: Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?

- **Objetivo:** Conscientizar e capacitar indivíduos a fazerem escolhas saudáveis e responsáveis em relação ao consumo de substâncias psicoativas, por meio de uma abordagem proativa e educativa, fornecendo informações precisas, recursos e estratégias eficazes para

resistir à pressão social e tomar decisões conscientes em relação ao uso de drogas.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional; 2) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|------|-----------|
| Palestras de Prevenção às Drogas | 10 | 6 |
| Conselhos Escolares Instalados e mantidos. | 400 | 398 |
| Municípios alcançados. | 10 | 7 |
| Municípios com leis de políticas sobre drogas aprovadas. | 10 | 1 |

Projeto: Rede do bem: estamos aqui para ajudar.

- **Objetivo:** O objetivo do projeto é desenvolver e implementar estratégias eficazes de prevenção da automutilação e do suicídio, com o propósito de fornecer apoio, orientação e recursos para indivíduos em situação de vulnerabilidade emocional, por meio de

uma rede abrangente, envolvendo profissionais de saúde mental, educadores, líderes comunitários e organizações parceiras.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional; 2)

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|------|-----------|
| Palestras/Capacitações realizadas. | 10 | 5 |
| Atividades de sensibilização e conscientização realizadas (eventos). | 10 | 16 |

Centro de Apoio Operacional da Educação

Projeto: O Ministério Público na efetivação e construção dos planos municipais de educação

construção e concretização dos novos planos municipais referentes à nova década da educação (2024 a 2034).

- **Objetivo:** Lutar pela efetivação dos planos municipais de educação através do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação (SOMA), bem como acompanhar a

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|------|--|
| Número de conteúdos formativos disponibilizados para os membros. | 15 | 41 ações formativas |
| Número de adesões das Promotorias de Educação ao Projeto | 30 | 9 promotorias de justiça aderiram ao projeto, das quais 5 estão relacionadas aos municípios prioritários do projeto. |

Projeto: Financia para educar

- **Objetivo:** Monitorar a aplicação dos recursos destinados ao financiamento da educação por meio do sistema SOMA, visando a sua efetiva aplicação nos municípios maranhenses.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

Iniciativa: Sala virtual diária de atendimento às promotorias de justiça

- **Objetivo:** O objetivo da iniciativa é aproximar o Centro de Apoio dos Órgãos de execução, dando celeridade e efetividade à sua atuação.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras
- **Status:** Implantado.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Projeto: Combate Permanente à Violência Sexual

- **Objetivo:** Fortalecer o combate e a prevenção das situações de violência, em especial a violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios maranhenses por meio da divulgação (Campanha 18 de maio) dos canais de denúncia de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, principalmente

o Disque 100 e a Ouvidoria, com vistas a diminuir as subnotificações, bem como implementar nos municípios a Lei nº 13.431/2017.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|------|--|
| Campanhas de comunicação para conscientização sobre direitos e violência contra crianças e adolescentes | 5 | 10 |
| Capacitação de profissionais dos Sistema de Garantia de Direitos objetivando reduzir a revitimização de crianças e adolescentes. (Número de capacitações realizadas) | 5 | 7 |
| Capacitação de profissionais dos Sistema de Garantia de Direitos objetivando reduzir a revitimização de crianças e adolescentes. (Número do público atingido) | 300 | 368 |
| Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Número de municípios participantes do projeto.) | 24 | 186 Municípios com implementação realizada segundo dados da UNICEF |
| Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Número de municípios com comitês instituídos) | 24 | 171 |

| | | |
|--|----|---|
| Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Número de municípios com fluxos e protocolos definidos) | 14 | 7 |
|--|----|---|

Projeto: “Proteção Integral e Articulação em Rede”

estabelecendo estratégias e metodologias de trabalho conjunto.

- **Objetivo:** Fortalecer a política de atendimento de crianças e adolescentes e aproximar as redes de proteção para atingir objetivos específicos,

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|--|
| Planos municipais elaborados (PMASE e PMPI). Número de municípios com planos elaborados (PMASE). | 217 | 87 municípios com PMASE finalizado (40,09%) |
| Planos municipais elaborados (PMASE e PMPI). (Número de municípios com planos elaborados (PMPI). | 217 | 183 municípios com PMPI finalizado (84,33%); |
| Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) regularizados. (Número de FMDCA regularizados) | 217 | 45 municípios (21,66%) |
| Termos de cooperação ou convênio firmados. (Número de convênios e/ou termos firmados). | 2 | 2 |
| Capacitações realizadas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos. (Número de capacitações realizadas). | 5 | 28 |
| Capacitações realizadas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos.(Número do público atingido). | 400 | NA |

| | | |
|--|------------------------------------|---------------|
| Serviços de acolhimento familiar no estado do Maranhão. (Número de municípios com o serviço de família acolhedora) | 25% dos 217 municípios maranhenses | 15 municípios |
|--|------------------------------------|---------------|

Centro de Apoio Operacional do Júri

Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri

- **Objetivo:** O Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri é uma iniciativa estratégica que visa aprimorar e fortalecer o Ministério Público em relação aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Com o objetivo de promover uma justiça mais ágil, eficiente e transparente, bem como uma atuação mais efetiva e profissional do Ministério Público no Tribunal do Júri. O programa agrega ações já desenvolvidas pelo CAJÚRI e que precisavam de uma integração formal entre as ações, bem como deixa aberta a porta para futuras ações do Centro de Apoio, com um roteiro já trilhado para iniciativas, projetos e boas práticas futuras.

Ações do programa:

Iniciativa: Sala de situação do tribunal do júri

- **Objetivo:** A iniciativa é a criação de um ambiente de discussão e esclarecimento de dúvidas, a fim de promover suporte, troca de experiências e o aprimoramento

da atuação dos membros do MP que atuam no Tribunal do Júri.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Conhecendo os jurados

- **Objetivo:** Verificar a idoneidade dos jurados sorteados para a sessão do Tribunal do Júri, bem como eventuais parentescos com réus ou testemunhas, visando excluir da lista aqueles que de algum modo possam ser parciais no julgamento.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Equipamentos para apresentação de provas em plenário do júri e programa de animação 3d

- **Objetivo:** A iniciativa se objetiva na modernização da atuação do Ministério Público no plenário do Tribunal do Júri.
- **Status:** Sobrestado, por indeferimento do pedido de compra dos equipamentos/programa (kit júri), conforme decisão GPGJ-3012/2022, de novembro de 2022 (Processos Digidoc nº 16512/2021 e 20412/20220).
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 2) Promover a gestão de competências e a qualidade de vida no trabalho.

Iniciativa: Painéis BI

- **Objetivo:** Implementar e utilizar painéis de BI para fornecer informações estratégicas e métricas relevantes ao Tribunal do Júri, visando ao monitoramento contínuo de indicadores, identificação de tendências, identificação de gargalos e oportunidades de melhoria, promovendo uma gestão eficiente e embasada em dados, e fortalecendo o processo de tomada de decisão no âmbito do programa de modernização.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 2) Promover a gestão de competências e a qualidade de vida no trabalho.

- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Acesso Direto aos Sistemas de Segurança Pública

- **Objetivo:** Viabilização de acessos aos sistemas informatizados utilizados pela Segurança Pública aos membros do MPMA com atuação no Tribunal do Júri.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do mp; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada estimular a articulação interinstitucional.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Gravação e Filmagem de Depoimentos do Inquérito

- **Objetivo:** A iniciativa, ao adotar a prática de registrar de forma audiovisual os depoimentos tomados na fase de inquérito é assegurar a qualidade, transparência e confiabilidade dos procedimentos relacionados aos crimes dolosos contra a vida.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação institucional.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Tira-dúvida de laudos periciais

- **Objetivo:** Promover a compreensão e o esclarecimento dos laudos médicos existentes nos processos do Tribunal do

Júri, por meio de reuniões com a médica da Assessoria Técnica da PGJ.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: MPMA na defesa da vida

- **Objetivo:** Valorizar o trabalho dos membros do MPMA que atuam no Tribunal do Júri, por meio da publicidade dos resultados obtidos, e fornecer informações para a sociedade.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Suporte Institucional

- **Objetivo:** A iniciativa "Suporte Institucional" busca fornecer suporte técnico-jurídico especializado aos membros envolvidos no plenário do Tribunal do Júri (art.38, III, da Lei Complementar Estadual nº 013/91 e art.1º,III e VIII, do Ato Regulamentar nº 33/2022), assim como o apoio institucional aos membros do MPMA junto a órgãos da Administração Superior do Ministério Público, junto a órgãos da instância superior e junto a instituições externas.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP; 2) Consolidar a atuação ministerial

integrada e estimular a articulação interinstitucional.

- **Status:** Implantado.

Iniciativa: Capacitações, Cursos e Eventos

- **Objetivo:** A iniciativa "Capacitações, Cursos e Eventos" é uma parceria com a Procuradoria Geral de Justiça e com a Escola Superior do Ministério Público (art.1º, XIII, do Ato Regulamentar nº 33/2022) para a realização de capacitações, cursos e eventos voltados ao fortalecimento e aprimoramento da atuação do Ministério Público na área do Tribunal do Júri e à disseminação das boas práticas. A realização de eventos em matéria do Tribunal do Júri também é um meio de intercâmbio com outras instituições do sistema Policial e de Justiça.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

- **Status:** Implantado.

Projeto: Colóquios interinstitucionais ministério público e polícias

- **Objetivo:** A finalidade do projeto é dar conhecimento às forças policiais, sobretudo as que atuam no interior do Estado, das decisões dos Tribunais que mais afetam a atividade policial para que se possa tentar evitar futuras alegações de nulidades, visando uma melhoria na investigação policial e uma maior

integração entre Ministério Público e Polícias.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal,

assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---------------------------------------|------|-----------|
| Quantitativo de Colóquios Realizados. | 4 | 6 |

Projeto: Priorização das investigações dos homicídios

- **Objetivo:** Propor um termo de cooperação interinstitucional objetivando a priorização e o aperfeiçoamento das investigações dos crimes dolosos contra a vida, em especial, o homicídio.
- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

Iniciativa: Heimdall – Ministério Público e a razoável duração do processo: priorização da tramitação de inquéritos e processos de crimes dolosos contra a vida.

- **Objetivo:** A iniciativa é a priorização e o aperfeiçoamento das investigações dos crimes dolosos contra a vida, em especial, o homicídio, visando, ainda, a conclusão dos procedimentos investigatórios instaurados há mais de quatro anos, assim como impulsionar os processos criminais e as sessões do

Tribunal do Júri que não estão de acordo com a razoável duração de tramitação.

- **Objetivo estratégico vinculado:** 1) Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP; 2) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.
- **Status:** Em execução.

Iniciativa: Pegasus – Investigação Criminal. Novos desafios: agilidade com eficiência.

- **Objetivo:** A iniciativa é discutir com os membros do MPMA a nova sistemática da investigação criminal em vista das decisões do STF e também do TJMA sobre o tema, para que se possa tentar evitar nulidades e trancamento de investigações, visando buscar unidade e homogeneidade na atuação funcional dos membros do MPMA.
- **Objetivo estratégico vinculado:** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP.
- **Status:** Em execução.

Projeto JÚRI-SAÚDE

- **Objetivo:** A finalidade do projeto é proporcionar um maior cuidado com a saúde e a qualidade de vida dos membros que atuam no Tribunal do Júri.
- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.

| Indicador | Meta | Resultado |
|-------------------------------|------|-----------|
| Etapas concluídas do projeto. | 80% | 80% |

Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero CAO-Mulher

Programa Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero

Projeto: Desenvolvimento da rede de enfrentamento à violência de gênero

- **Objetivo:** Combater a violência doméstica por meio do fortalecimento da

rede de apoio de Enfrentamento à violência doméstica nos municípios maranhenses.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|--------------------------------------|---|
| Municípios que estão com o Projeto em execução. (45 municípios). | 80% (Corresponde a 36 municípios) | 182% (82 municípios participando do projeto) |

Campanha: Conversando com elas

- **Objetivo:** Prestar informação às mulheres e a população em geral sobre a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), feminicídio e todos os tipos de violências

contra as mulheres por meio de palestras e ações informativas.

- **Objetivo Estratégico vinculado:** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|--------------------------------------|---|
| Municípios que estão com o Projeto em execução(45 municípios). | 80% (Corresponde a 36 municípios) | 182% (82 municípios participando do projeto) |

Projeto: Patrulha Maria da Penha – PMP

- **Objetivo:** Diminuição da reincidência de agressores e do número de feminicídios por meio da instalação da Patrulha Maria da Penha nos municípios maranhenses

que possuem sede do Batalhão da Polícia Militar.

- **Objetivo Estratégico vinculado:** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|--------------------------------------|--|
| Implementação da Patrulha Maria da Penha nos Municípios Maranhenses (45 municípios sede de batalhão da polícia militar). | 7 % (Corresponde a 31 municípios) | 140% (63 municípios são atendidos pelo projeto) |

Projeto: Grupos reflexivos (homens e mulheres)

- **Objetivo:** Promover ao homem agressor momentos de reflexão e conhecimento sobre questões de gênero, raízes da violência contra a mulher, masculinidade, machismo, Lei Maria da Penha e Direitos Humanos.
- **Objetivo:** Promover a aproximação do Ministério Público com as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuem Medida Protetiva de

Urgência-MPU deferidas em seu favor, buscando saber o que mais elas precisam;

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculados(s):** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional; 2) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 3) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|---------------------------------------|--|
| Municípios que estão com o Projeto em execução (45 municípios). | 100% (Corresponde a 45 municípios) | 28,88% (13 municípios executando o projeto) |
| Municípios que estão com o Projeto em execução (45 municípios). | 70% (Corresponde a 31 municípios) | 37,77% (17 municípios executando o projeto) |

| | | |
|---|---|----|
| Monitorar a evolução do projeto no Estado do Maranhão (20 grupos por ano (16 – HOMENS; 4 – MULHERES). | Formação de 20 (vinte) grupos reflexivos, sendo 16 grupos de homens e 4 de mulheres. | NA |
|---|---|----|

Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência

Campanha: Inclusão e acessibilidade

- **Objetivo:** Promover a conscientização por meio de uma campanha desenvolvida para abordar a temática da acessibilidade, com a finalidade de disseminar o conhecimento sobre o tema, buscando a plena acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.
- **Objetivo:** Disseminar informações em relação aos direitos dessa população, de forma a orientar e estimular a adoção de comportamentos inclusivos.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 2) Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Status:** Implantado.

Campanha: “Violência contra a mulher com deficiência: identificação e formas de enfrentamento”.

- **Objetivo:** Contribuir para o enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência.

- **Objetivo:** Dar visibilidade à essa realidade, muitas vezes invisibilizada.
- **Objetivo:** Conscientizar a sociedade sobre os direitos das mulheres com deficiência.
- **Objetivo:** Incentivar a denúncia de casos de violência envolvendo mulheres com deficiência, fornecendo informações sobre os procedimentos adequados de denúncia em diferentes instituições.
- **Objetivo Estratégico vinculado:** Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.
- **Status:** Implantado.

Projeto: Conselho atuante

- **Objetivo:** Contribuir para o enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência.
- **Objetivo:** Dar visibilidade à essa realidade, muitas vezes invisibilizada.
- **Objetivo:** Conscientizar a sociedade sobre os direitos das mulheres com deficiência.
- **Objetivo:** Incentivar a denúncia de casos de violência envolvendo mulheres com

deficiência, fornecendo informações sobre os procedimentos adequados de denúncia em diferentes instituições.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a

articulação interinstitucional; 2) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos; 3) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|----------------------|------------------------|
| Número de conselhos (idoso e pessoa com deficiência) implantados nas comarcas de entrância final e entrância intermediária | 100% (70 municípios) | 52,85% (37 municípios) |
| Número de conselhos (idoso e pessoa com deficiência) implantados nas comarcas de entrância inicial. | 60% (61 municípios) | 41,6% (15 municípios) |

Projeto: Demonstrativo de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (DAIPI)

- **Objetivo:** Disponibilizar informações atinentes à situação das ILPI's por meio de um painel de B.I apresentando panorama contendo dados fornecidos a este Centro de Apoio através dos formulários de fiscalização de ILPI's preenchidos pelas Promotorias de Justiça.
- **Objetivo:** Aprimorar a atuação ministerial na garantia dos direitos das pessoas idosas abrigadas em ILPI's.
- **Objetivo:** Fomentar políticas públicas mais efetivas na área do envelhecimento e acolhimento de pessoas idosas, a partir da análise dos dados coletados e disponibilizados no painel de B.I.

- **Objetivo:** Estimular a participação ativa de órgãos e entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas, de Conselhos Estadual e Municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa, bem como da sociedade civil na fiscalização e no acompanhamento das ILPI's, contribuindo para a construção de uma cultura de respeito e valorização dos direitos das pessoas idosas.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Promover soluções tecnológicas integradas e inovadoras; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
- **Status:** Implantado.

Centro de Apoio Operacional da Saúde

Projeto: Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica.

- **Objetivo:** Fiscalizar a Atenção Básica nos municípios maranhenses sob o viés do financiamento, tendo em vista que o Programa Previne Brasil, do Ministério da Saúde, visa induzir comportamentos na gestão de saúde.
- **Objetivo:** O acompanhamento do Previne Brasil demanda o seguinte monitoramento:
 - Da relação de equipes de Atenção Básica homologadas pelo Ministério da Saúde;
 - Do cadastro de Unidades Básicas de Saúde e equipes de saúde no SCNES;
 - Da cobertura da Atenção Primária nos municípios;
 - Dos resultados obtidos pelos municípios nos indicadores de desempenho, bem como o Indicador Sintético Final – ISF, quadrimestralmente;
 - Da produção da Atenção Básica, junto aos Relatórios Públicos do SISAB;
 - Dos cadastros populacionais efetivados, por equipe homologada, e comparação com o potencial de cadastro;
- Das Unidades Básicas de Saúde, em ações de fiscalização in loco, a fim de contrapor a realidade fática com as informações que constam dos sistemas de informação do Ministério da Saúde (SCNES, SISAB), cujos achados constarão de BI, a ser desenvolvido pelo MPMA;
- Dos valores repassados pelo MS, fundo a fundo, ao município, referentes à Atenção Básica, por componente do Programa Previne Brasil, através de consulta ao sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde – FNS;
- De alimentação periódica dos sistemas de informações que são utilizados pelo MS para cálculo dos valores que são repassados pelo município através do Previne Brasil (SCNES e SISAB).
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|-----------|------|-----------|
|-----------|------|-----------|

| | | |
|--|------|----------------|
| Quantitativo de Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica”. | 110 | 27 promotorias |
| Percentual de municípios maranhenses, cujas Promotorias de Justiça aderiram ao Projeto e cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação. | 29% | 17% |
| Percentual de municípios maranhenses cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação. | 100% | 84 % |

Projeto: O MP no fortalecimento da Rede Alyne

- **Objetivo:** Fortalecimento da rede de assistência à saúde de gestantes e recém-nascidos, na perspectiva do Planejamento Regional Integrado - PRI, da atenção primária à especializada.
- **Objetivo:** Exigir da gestão de saúde que haja a pactuação dos Planos Regionais referidos na Resolução Consolidada CIT nº 01/2017 e respectiva habilitação junto ao Ministério da Saúde.
- **Objetivo:** Serão realizadas ações de fiscalização in loco, a fim de contrapor a

capacidade instalada (declarada pelos municípios nos Planos Regionais) com a realidade, exigindo o efetivo cumprimento das pactuações, e o levantamento das necessidades assistenciais. Tais achados constarão de BI.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|-----------|
| Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde. | 19 | 0 |

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| Percentual de municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência materno infantil (Alyne). | 3 | 0 |
| Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP no fortalecimento da Alyne”. | 110 | 25 Promotorias de Justiça |
| Mortalidade Materna do Estado do Maranhão. | 30 mortes a cada 100 mil nascidos vivos (ODS) | 77,38% |
| Mortalidade Neonatal no Estado do Maranhão. | Máximo de 5 por mil nascidos vivos (ODM) | 14,11% |
| Planejamento Integrado Regional, relativo às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde | 3 | 0 |

Projeto: O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial

- **Objetivo:** Fortalecimento da assistência em saúde mental no Estado do Maranhão, na perspectiva do Planejamento Regional Integrado, da atenção primária à especializada.
- **Objetivo:** Exigir a pactuação dos Planos de Ação Regionais da Rede de Atenção Psicossocial das 19 (dezenove) Regiões de Saúde do Estado do Maranhão;
- **Objetivo:** Acompanhar o processo de validação dos Planos de Ação Regionais da Rede de Atenção Psicossocial das 19 (dezenove) Regiões de Saúde do Estado do Maranhão;

- **Objetivo:** Realizar ações de fiscalização in loco, a fim de contrapor a capacidade instalada - declarada pelos municípios nos Planos de Ação Regionais da Rede de Atenção Psicossocial - com a realidade, exigindo o efetivo cumprimento das pactuações;
- **Objetivo:** Desenvolvimento de BI, destinado a efetivar comparação entre os dados, resultantes das ações de fiscalização in loco realizadas pelo MPMA, com a capacidade instalada declarada pelos municípios maranhenses nos Planos de Ação Regionais da Rede de Atenção Psicossocial, a fim de contrapor aquilo que foi pactuado com a realidade;

- **Objetivo:** Exigir dos gestores de saúde a formalização de fluxos de interlocução entre a RAPS e Rede de Assistência Social - SUAS diante de casos envolvendo pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas;
- **Objetivo:** Fiscalizar o cumprimento efetivo do papel que cabe à Atenção Básica como dispositivo de saúde mental nos municípios maranhenses;
- **Objetivo:** Concepção de sistema informatizado, destinado à comunicação das internações psiquiátricas voluntárias e involuntárias, e respectiva alta, ao MPMA.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|---|
| Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde. | 3 | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| Percentual de Municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência em saúde mental (RAPS). | 80% | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| Percentual de municípios maranhenses com fluxos de interlocução entre a RAPS e a Rede de Assistência Social, formalizados. | 80% | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”. | 110 | 28 Promotorias de Justiça |

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Projeto: Águas claras – Vida saudável

esgotos nos Municípios com mais 50.000 habitantes.

- **Objetivo:** Reduzir a ociosidade de redes de esgotos e a poluição difusa em mananciais de superfície por meio do aumento do número de interligações das edificações urbanas às redes públicas de

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|---|
| Participação e Capacitação de Promotores e Assessores (22). | 100% | NA |
| Aumento de Interligações (10%). | 30% | CAEMA informou o percentual de apenas três municípios |
| Redução de Lançamentos Ilegais(10%). | 30% | CAEMA não informou |

Projeto: Combate ao desmatamento no bioma cerrado

- **Objetivo:** Combater o avanço do desmatamento do bioma cerrado nos municípios do estado do Maranhão que apresentaram maiores taxas no ano de 2021.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|------|---|
| Redução do desmatamento do Bioma Cerrado nos municípios de Caxias, Aldeias Altas, Balsas e Grajaú. (DIMINUIR EM 50% O ÍNDICE DE DESMATAMENTO ILEGAL). | 30% | Aguardando apreciação de TCA pela SEMA para envio de Boletins referentes aos desmatamentos ilegais. |

| | | |
|---|------------|--|
| Regularização das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (AUMENTAR EM 50% DO NÚMERO ATUAL). | 30% | 0,036% (Cadastros ativos e analisados, em conformidade com a Lei nº 12.651/2012, referente à Balsas. Demais municípios não dispõem de análises enquadradas nesse critério). Fonte: SICAR, 2024. |
| Levantamento do número de Licenciamentos Ambientais com Autorização para supressão vegetal para uso alternativo do solo nos municípios-alvo (AUMENTAR EM 50% DO NÚMERO ATUAL). | 30% | Aguardando apreciação de TCA pela SEMA para envio dos Licenciamentos Ambientais. |

Projeto: Valorização de resíduos sólidos

- **Objetivo:** Implantar nos municípios maranhenses com mais de 50.000 habitantes instrumentos apoiadores de logística reversa focados em coleta seletiva, leis de grandes geradores, PMGRIS e inclusão sócio-produtiva de catadores.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação; 2) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

| Indicador | Meta | Resultado |
|--|-------------|------------------|
| Percentual de Promotorias de Justiça de municípios com mais de 50.000 habitantes que participam ativamente do projeto. | 100% | 45,45% |
| Percentual de municípios que promoveram a inclusão de cooperativa de catadores no serviço de limpeza e coleta seletiva. | 40% | 36,00% |
| Percentual de municípios com legislação municipal sobre resíduos sólidos oriundos de grandes geradores. | 40% | 13,63% |
| Percentual de municípios que promoveu a inserção do contrato de limpeza pública no portal da transparência. | 40% | 32,00% |

| | | |
|---|------------|----------------|
| Aumento do volume de resíduos sólidos recicláveis comercializados no maranhão com destino a outros estados com aumento de empregos e arrecadação fiscal. | 40% | 106,67% |
|---|------------|----------------|

Iniciativa: Racionalização da atuação do mpma na área ambiental

- **Objetivo:** A iniciativa tem como objetivo ministração de oficina e criação de roteiro de atuação a ser entregue posteriormente, com o propósito de esclarecer a aplicação da REC-GPGJ – 122020 na atuação dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente e reduzir o

percentual de ações com baixa complexidade.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.
- **Status:** Em execução.

Gabinete de Mediação Comunitária

Projeto: Escola pra vida.

- **Objetivo:** Capacitar educadores, educandos, gestores, funcionários, familiares e lideranças comunitárias para a utilização de técnicas de gestão de conflitos sem violências nas escolas.
- **Objetivo:** Fortalecer as redes do território para a gestão não violenta de conflitos, com participação ativa das comunidades escolares e lideranças comunitárias.
- **Objetivo:** Formar Células de Cultura de Paz nas escolas, compostas por multiplicadores das metodologias aplicadas.

- **Objetivo:** Reduzir os registros de violências entre adolescentes nas escolas e adjacências.
- **Objetivo:** Fortalecer vínculos familiares e comunitários.
- **Objetivo:** Reduzir as situações de violência intrafamiliar.
- **Objetivo:** Promover o protagonismo juvenil.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---|--|-----------|
| Nº de membros das Comunidades Escolares capacitados para a gestão não violenta de conflitos. | 500 (Quinhentos) membros das comunidades escolares capacitados para a gestão de conflitos sem violências no decurso de um ano. | 1532 |
| Nº de ações em rede (comunidades escolares e instituições envolvidas na implementação de políticas públicas no território). | 20(vinte) ações em rede realizadas no decurso de um ano | 11 |
| Nº de atividades promovidas pelas células de cultura de paz das comunidades escolares. | 1 atividade promovida por cada célula de construção de paz no decurso de um ano. 10 (dez) atividades no total. | 120 |

Iniciativa: Implementação de Núcleos Comunitários de Mediação e Práticas Restaurativas em territórios maranhenses, especialmente aqueles onde se verifiquem as vulnerabilidades sociais e violências. (Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia).

- **Objetivo:** Instalar nos territórios os espaços físicos de referência do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, com os ambientes necessários à realização da mediação e das práticas restaurativas.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- **Status:** Em execução.

Iniciativa: Fomento à animação de redes nos territórios: Oficinas Ação em Rede.

- **Objetivo:** Promover a animação de redes junto aos diferentes articuladores do sistema de proteção social e garantia de direitos;
- **Objetivo:** Fortalecer parcerias locais de forma integrada e intersetorial;
- **Objetivo:** Construir um plano de ação em rede com base em prioridades identificadas pelos participantes do curso.
- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- **Status:** Em execução.

Secretaria para Assuntos Institucionais

PADHUM - Programa de Atuação em Direitos Humanos

Projeto: PADHUM - MULHER

- **Objetivo:** Estabelecer estratégias de intervenção social e atuação institucional voltadas ao enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo, subsidiadas por estudos científicos e instrumentalizadas a partir de Recomendação expedida pelo Procurador-Geral de Justiça aos

membros do Ministério Público do Estado do Maranhão responsáveis pelo tratamento das referidas demandas e à Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, no que tange às demandas de capacitação/formação.

- **Objetivo estratégico vinculado:** 1) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 2) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---------------------------|------|-----------|
| % de Conclusão do projeto | 100% | NA |

Projeto: PADHUM - RUA

- **Objetivo:** Estabelecer estratégias de intervenção social e atuação institucional voltadas à garantia dos direitos das pessoas em situação de rua, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo, subsidiadas por estudos científicos e instrumentalizadas a partir de Recomendação expedida pelo Procurador-Geral de Justiça aos membros titulares e/ou substitutos responsáveis pelo tratamento das

referidas demandas e à Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, no que tange às demandas de capacitação/formação.

- **Objetivo estratégico vinculado:** 1) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 2) Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---------------------------|------|-----------|
| % de Conclusão do projeto | 100% | 27% |

Projeto: PADHUM - HIV

- **Objetivo:** Estabelecer estratégias de intervenção social e atuação institucional voltadas à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo, subsidiadas por estudos científicos e instrumentalizadas a partir de Recomendação expedida pelo Procurador-Geral de Justiça aos membros titulares e/ou substitutos

responsáveis pelo tratamento das referidas demandas.

- **Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s):** 1) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 2) Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---------------------------|------|-----------|
| % de Conclusão do projeto | 100% | 5% |

Projeto: PADHUM - RACISMO

- **Objetivo:** Estabelecer estratégias de intervenção social e atuação institucional voltadas ao enfrentamento do racismo, LGBTfobia e da intolerância religiosa dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo, subsidiadas por estudos científicos e instrumentalizadas a partir de Recomendação expedida pelo Procurador-Geral de Justiça aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão responsáveis pelo tratamento das referidas demandas e à

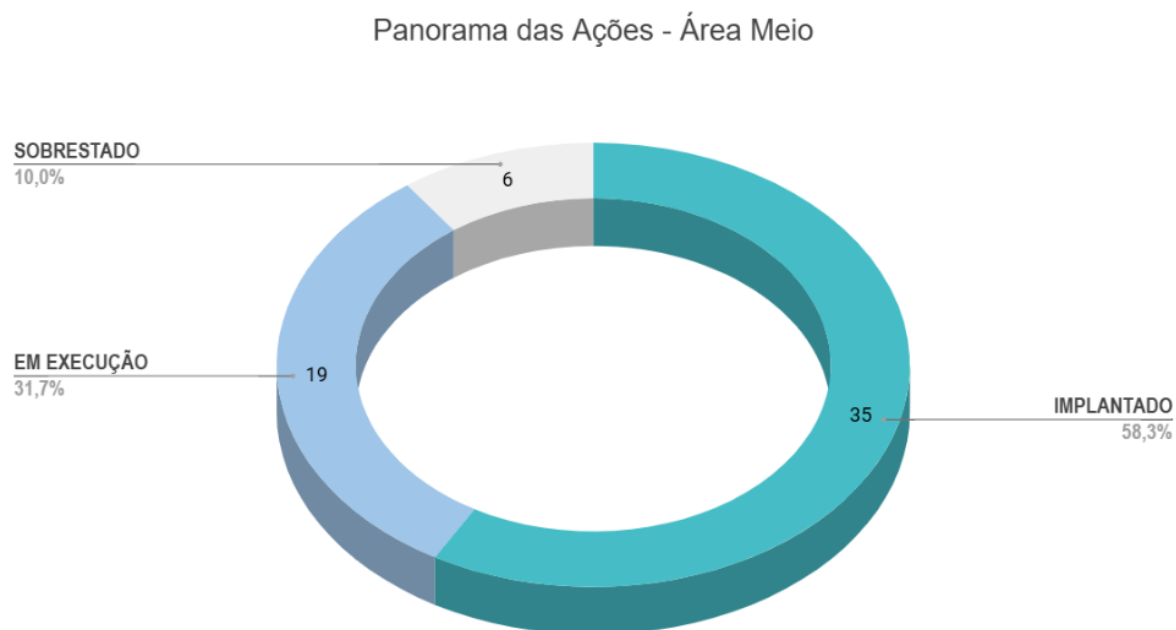
Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, no que tange à capacitação/formação relacionadas às suas atividades.

- **Objetivo(s) estratégico(s) vinculado(s):** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional; 2) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 3) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

| Indicador | Meta | Resultado |
|---------------------------|------|-----------|
| % de Conclusão do projeto | 100% | 23% |

Finalizada a lista de ações desenvolvidas pela área finalística,

iniciaremos o detalhamento das ações da área meio (administrativa), apresentando o total de ações desenvolvidas:



Na tabela abaixo, é possível verificar o número de ações da área meio

(administrativa) que foram desenvolvidas por objetivo estratégico:

| Perspectiva | Objetivo Estratégico | Número de Ações |
|-----------------------------|--|-----------------|
| Processos integradores | Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados. | 18 |
| Aprendizado e crescimento | Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional | 10 |
| Aprendizado e crescimento | Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras | 7 |
| Aprendizado e crescimento | Promover a Gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho | 6 |
| Resultados para a sociedade | Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público. | 6 |
| Aprendizado e crescimento | Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada | 4 |
| Processos integradores | Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação. | 2 |
| Aprendizado e crescimento | Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários | 2 |
| Resultados para a sociedade | Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional. | 2 |
| Resultados para a sociedade | Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social. | 2 |
| Resultados para a sociedade | Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos | 2 |
| Resultados para a sociedade | Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas | 1 |
| Resultados para a sociedade | Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial | 1 |

4.2 Ações construídas no âmbito da Área Meio:

Assessoria Jurídica da Administração - AJAD

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
 - **Iniciativa:** Conhecendo e aplicando a nova LLCA Lei nº 125.133/2021
 - **Status:** Implantado.

Assessoria Técnica - ASSTEC

- **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.

- **Iniciativa:** Regionalização Técnica
 - **Status:** Em execução
- **Iniciativa:** Canal Tira-Dúvidas da Área Médica
 - **Status:** Implantado.
- **Iniciativa:** Auxílio técnico na operacionalização do Banco de Peritos do Ministério Público do Maranhão – BanPeTec
 - **Status:** Em execução

Observações: BANPETEC será revisado, devido a atualização na Lei 14133
- **Iniciativa:** Ampliação dos Canais de Comunicação e de Difusão das Atividades da ASSTEC.

■ **Status:** Implantado.

- **Objetivo Estratégico:** Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social
 - **Projeto:** Auxílio Técnico no Projeto de Estruturação dos Controles Internos Municipais
 - **Status:** Implantado.
- **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público
 - **Iniciativa:** Qualificação Crescente
 - **Status:** Em execução
- **Objetivo Estratégico:** Consolidar a atuação ministerial integrada e articulada entre esferas de controle da gestão pública.
 - **Iniciativa:** Diálogos Técnicos da Probidade
 - **Status:** Implantado.
- **Objetivo Estratégico:** Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas
 - **Iniciativa:** Atualização do Ato Regulamentar da ASSTEC/PGJ
 - **Status:** Implantado.

Assessoria Técnica da Administração - ASSTECADM

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
 - **Iniciativa:** Descomplicando o adiantamento de recursos - MPMA
 - **Status:** Em execução

Auditoria e Controle Interno

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
 - **Iniciativa:** Incentivar as boas práticas de governança, gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão
 - **Status:** Implantado.
 - **Iniciativa:** Aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Assessoria de Controle Interno e Auditoria
 - **Status:** Implantado.

Observações: Iniciativa será readequada, de acordo com as atualizações propostas pelo CNMP

Coordenadoria de Assuntos Estratégico e Inteligência - CAEI

- **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.
 - **Iniciativa:** Cultura de Segurança Institucional

■ **Status:** Implantado.

- **Iniciativa:** Criação da Política de Inteligência no MPMA.

■ **Status:** Em execução

Observações: No aguardo da regulamentação do CNMP

Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão - CCMP

- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Iniciativa:** Mostra Homenagem
 - **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Iniciativa:** Sistema de Demandas de Comunicação
 - **Status:** Implantado.

Observações: No aguardo da contratação de empresa para desenvolver software
- **Iniciativa:** Manual de Imprensa e de Mídia
 - **Status:** Em execução

Observações: O conteúdo preliminar está pronto, as atividades prioritárias, como coberturas de eventos e atendimento a solicitações institucionais, impediram seu progresso.

- **Iniciativa:** Media Training para membros do Ministério Público do Maranhão

■ **Status:** Em execução

Coordenadoria de Documentos e Biblioteca - CDB

- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional
- **Iniciativa:** Gestão documental
 - **Status:** Sobrestado.

Observações: Essa temática será objeto de realinhamento pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-PGJ).
- **Iniciativa:** Melhorias na edição do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão – DEMP/MA
 - **Status:** Implantado.

Cerimonial

- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Iniciativa:** Criação da Assessoria de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão
 - **Status:** Em execução

Comissão Permanente de Licitação - CPL

- **Objetivo Estratégico:** 1) Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para

resultados; 2) Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários; 3) Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

- **Iniciativa:** Implantação da Governança das Contratações no MPMA.

■ **Status:** Em execução

Observações: O projeto vem passando por atualizações, devido a nova legislação.

Comissão de Gestão Ambiental - CGA

- **Objetivo Estratégico:** Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação.
- **Iniciativa:** Plano de Logística Sustentável - PLS 2021-2029.
- **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Administração - CAD

- **Objetivo Estratégico:** 1) Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada; 2) Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.
- **Iniciativa:** Sistema de controle de suprimento de fundos (adiantamento)
- **Status:** Em execução
- Observações: No aguardo da contratação de empresa para desenvolver software*
- **Iniciativa:** Sistema de compras.
- **Status:** Em execução

Observações: No aguardo da contratação de empresa para desenvolver software

- **Objetivo Estratégico:** Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação.
- **Iniciativa:** Consumo consciente.
- **Status:** Implantado.

Observações: Trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Ambiental

Coordenadoria de Folha de Pagamento - CFP

- **Objetivo Estratégico:** Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada
- **Iniciativa:** Adequação da folha às normas de Transparência
- **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Iniciativa:** Aperfeiçoamento das atribuições dos cargos de servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do MPMA
- **Status:** Em execução
- Observações: Passará por revisão, devido a consultoria da FGV*
- **Iniciativa:** PCI: PORTAL E CANAL "FALE COM A CGP"
- **Status:** Implantado.

- **Iniciativa:** PCI: “AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO”
 - **Status:** Implantado.
- **Iniciativa:** PCI: “ENCONTROS REGIONAIS DE GESTÃO DE PESSOAS”
 - **Status:** Implantado.
- **Iniciativa:** PCI: “BOLETIM SEMANAL SOBRE SAÚDE MENTAL”
 - **Status:** Implantado.
- **Iniciativa:** Programa de Preparação para Aposentadoria- PPA
 - **Status:** Em execução
- **Iniciativa:** Programa de Gestão de Desempenho. Proj 01: Estruturação da Seção de Gestão de Desempenho Funcional.
 - **Status:** Em execução

Observações: Passará por revisão, devido a consultoria da FGV
- **Iniciativa:** Programa de Gestão de Desempenho. Proj 02: Sistema Informatizado de Avaliação do Desempenho Funcional SIGEAD/MPMA.
 - **Status:** Em execução

Observações: Passará por revisão, devido a consultoria da FGV
- **Iniciativa:** Programa de Gestão de Desempenho. Proj 03: Gestão da carreira dos servidores na Classe C, padrão 15.
 - **Status:** Em execução

Observações: Passará por revisão, devido a consultoria da FGV

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA

- **Objetivo Estratégico:** Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras;
 - **Projeto:** Plano Anual de Projetos
 - **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF

- **Objetivo Estratégico:** 1) Assegurar a disponibilidade e aplicação eficiente dos recursos orçamentários; 2) Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras
 - **Iniciativa:** Interligação de dados entre sistemas internos da área financeira
 - **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Processos - CDP

- **Objetivo Estratégico:** Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
 - **Iniciativa:** Sistema para cadastro de processos do terceiro grau (STJ e STF)
 - **Status:** Implantado.

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

- **Objetivo Estratégico:** 2) Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras; 3) Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Iniciativa:** Transporte Eficiente
 - **Status:** Sobrestado.

Observações: Conforme informações dadas pelo Diretor-Geral na RAT realizada no dia 10/12/2024, houve alteração no fluxo de solicitação de veículos, possibilitando a significativa melhoria.

Observações: Programa de Residência Jurídica, considerando que não há previsão dessa modalidade de atuação no Ministério Público do Maranhão

Corregedoria Geral

- **Objetivo Estratégico:** 1) Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada; 2) Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Projeto:** “Corregedoria: Projeto Minerva”
 - **Status:** Em execução

Escola Superior do Ministério Público - ESMP

- **Objetivo Estratégico:** 3) Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.
- **Iniciativa:** Programa de Residência Jurídica e áreas afins à atividade ministerial
 - **Status:** Sobrestado.

- **Objetivo Estratégico:** 1) Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho; 2) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos; 3) Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial; 4) Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.

- **Iniciativa:** Programa de Extensão ESMP/MA

- **Status:** Implantado.

- **Objetivo Estratégico:** 1) Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional; 2) Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho; 3) Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.

- **Iniciativa:** Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Membros, Servidores e Estagiários do MP/MA

- **Status:** Implantado.

- **Objetivo Estratégico:** Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.
- **Iniciativa:** Estruturação tecnológica da ESMP

- **Status:** Implantado.

Escritório de Proteção de Dados Pessoais - EPDP

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Projeto:** Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais do MPMA
 - **Status:** Em execução

Observações: Necessidade de revisão, conforme atualizações propostas pelo CNMP

Memorial do Ministério Público do Maranhão

- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional.
- **Iniciativa:** A Escola no Memorial do Ministério Público do Maranhão
 - **Status:** Implantado.

Ouvidoria

- **Objetivo Estratégico:** 1) Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional; 2) Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- **Iniciativa:** “Ouvidoria Itinerante: O MP Mais Próximo do Cidadão”
 - **Status:** Implantado.

Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados
- **Iniciativa:** Fórum de Planejamento e Gestão do MPMA
 - **Status:** Em execução
- **Iniciativa:** Implantação Sistema de Monitoramento e Avaliação
 - **Status:** Em execução

Objetivo da Ação: Permitir que os gestores efetivem a política de gestão, efetuando os ajustes necessários, de acordo com cenários. Manter em funcionamento o Planejamento Estratégico Institucional de forma a alcançar a efetividade. Favorecer os processos de aprendizagem individuais e coletivos.
- **Projeto:** EPP: Escritório de Projetos e Processos.
 - **Status:** Sobrestado.

Observações: Administração Superior decidiu por dar outro direcionamento.
- **Iniciativa:** Diálogos de Planejamento
 - **Status:** Implantado.

Objetivo da Ação: O objetivo da iniciativa é auxiliar que membros e servidores possam otimizar a atuação dos setores em práticas, gestão e resultados dos trabalhos de todos os setores do Ministério Público do Maranhão.

- **Iniciativa:** Estratégia em Ação:
Valorizando Boas Práticas
 - **Status:** Implantado.
- **Objetivo Estratégico:** 1) Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras; 2) Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Iniciativa:** “Lab Inova: O MPMA do Futuro”
 - **Status:** Implantado.
- **Iniciativa:** Atividades físicas no ambiente de trabalho.
 - **Status:** Sobrestado.
Observações: Proposta ainda será apresentada para a Adm. Superior.

Seção de Saúde Funcional

- **Objetivo Estratégico:** Promover a Gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho
 - **Projeto:** Projeto Psicosáude
 - **Status:** Implantado.
 - **Iniciativa:** Pesquisa de satisfação - Seção de Saúde Funcional
 - **Status:** Implantado.
 - **Iniciativa:** Otimização do uso do Espaço Laboral da Procuradoria Geral de Justiça
 - **Status:** Implantado.
 - **Iniciativa:** Expediente reduzido na última sexta-feira do mês
 - **Status:** Sobrestado.
Observações: Proposta ainda será apresentada para a Adm Superior
 - **Iniciativa:** Levantamento para planejamento das ações em saúde no MPMA
 - **Status:** Implantado.